

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

O Jornal do Sindicato

www.urbanitariosdf.org.br

Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Outubro de 2016 - Ano 5 - Nº 37

Filiado à CUT e FNU



PRIVATIZAÇÕES, DEMISSÕES E AUMENTO NA CONTA DE LUZ



É o desmonte por completo do setor elétrico brasileiro.

Além de viabilizar a privatização de centenas de empresas públicas de geração, transmissão e distribuição de energia, a Medida Provisória 735 /16, editada por Michel Temer, permite a demissão de 30% dos trabalhadores e trabalhadoras.

Aprovada por deputados e senadores na Comissão Mista, a MP 735 também restringe a expansão do setor, dá mais poderes à especulação tarifária no mercado livre, viabiliza aumentos exorbitantes na conta de luz das famílias e reduz os encargos dos grandes consumidores de energia. **P. 05**

ENTREVISTA



A imagem que o Brasil está passando para o exterior é muito negativa.

Prisões arbitrárias em manifestações, perseguições a movimentos populares, parcialidade e seletividade nas investigações estão comprometendo o estado Democrático de Direito no País, adverte o advogado e mestre em Direito Maximiliano Garcez.

P. 03

As rodadas de negociação da Data-Base 2016/17 da CEB começaram neste mês.

A política de austeridade fiscal da empresa deve tornar a Campanha Salarial dos trabalhadores e trabalhadoras ainda mais difícil. Só o comprometimento e a mobilização da categoria podem conter o ímpeto do GDF por retirada de direitos.

P. 04

CAMPANHA SALARIAL



APOSENTADORIA

P.4

Proposta traz sérios riscos à previdência complementar.

VISÃO DO STIU-DF

P.6

Quais as garantias dos trabalhadores num governo anti-povo?

PLANO DE LUTAS

P.7

Mobilização com outras categorias contra a retiradas de direitos.

CULTURA

P.8

A voz e a vez das mulheres na cultura Hip Hop em Brasília.

PALAVRA DO DIRETOR

Foi pela corrupção?



Flávio Figueirôa

Não faz muito tempo, a corrupção parecia ser o único assunto no noticiário. A operação Lava a Jato todos os dias estava na TV, com denúncias de vários integrantes do governo. Inclusive, mesmo que sutilmente, contra Michel Temer (PMDB), que teria recebido R\$ 10 milhões em propina, segundo o delator Marcelo Odebrecht.

Dos belos apartamentos em praticamente todas as capitais brasileiras, as panelas se agitavam sonoramente nas varandas gourmet a cada nova fase da Lava a Jato. As manifestações, em verde amarelo, ganhavam

cada vez mais corpo em nome do combate a corrupção. Surgia um herói, Sérgio Moro.

Mas após o impeachment, com o afastamento definitivo de Dilma, as denúncias da Lava Jato praticamente desapareceram. Moro desapareceu do noticiário. Os telejornais suprimiram a corrupção como se ela não existisse mais.

As panelas estão amordaçadas e se tornaram cúmplices da corrupção escancarada.

Sem grandes repercussões, outros vários ministros de Temer apareceram como recebedores de propina. José Serra (PSDB) teria recebido R\$ 23 milhões, senadores e o ministro de Minas e Energia à época, Edson Lobão, todos do PMDB, teriam recebido R\$ 159,2 milhões por meio da obra de Belo Monte, além do seu mais próximo aliado, ministro anticorrupção, Romero Jucá.

As panelas pararam de ecoar das varandas e as manifestações

em verde amarelo, regidas pelo movimento "Vem pra Rua" desapareceram. Constrangimento? Creio que não.

Podemos continuar procurando em vão por alguma denúncia ou organização de manifestações voltada para a generalizada corrupção do governo Temer ou de políticos que não sejam de esquerda. O fato é que as manifestações nunca foram contra a corrupção. Ela está aí, cada vez mais escancarada. Basta um pouquinho de pesquisa na internet para ver que todos os dias a roubalheira do dinheiro público é evidente.

O filho de Temer de sete anos tem patrimônio de mais de R\$ 2 milhões. A sua mulher, Marcela, ganhou um gabinete no Palácio do Planalto e vai administrar R\$ 285 milhões.

E se fossem os filhos de Lula ou o neto da Dilma? Certamente o noticiário estaria repleto de denúncias. Mas como se tratam de pessoas que não são do PT, as panelas estão amordaçadas e se tornaram cúmplices da corrupção escancarada.

Boa leitura!



MANDOU BEM



Em Caucaia (CE), uma fiscal eleitoral não se intimidou quando o vice-prefeito, Coronel Amarílio, que fazia boca de urna entregando cartões a eleitores, gritou com ela ao ser advertido por prática do crime eleitoral. "Não grite comigo", disse. O Coronel ameaça, "daria voz de prisão até a juiz". Urnas apuradas, a chapa do coronel, que concorria à reeleição, ficou em quarto lugar com 7,5% dos votos válidos.

MANDOU MAL



Um dos principais mecanismos internacionais do mundo, os BRICS, não está no vocabulário do ex-ministro interino das Relações Exteriores, José Serra. Sem saber os países que compõem o grupo, Serra incluiu a Argentina no bloco, que é formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os BRICS têm mais de 21% do PIB mundial e o maior poder de consumo do planeta, com 42% da população do mundo.

CURTAS

Bons reajustes

Falta dinheiro pra tudo, segundo o ex-governo interino de Michel Temer. Só não falta recurso para reajustar em até 41% os altos salários no Judiciário e 16% no Ministério Público. Ambos acima da inflação.

Super reajustes

Para a mídia, os reajustes foram surpreendentes. A verba de publicidade para a editora Caras, uma espécie de laranja da editora Abril, que é dona da Veja, teve crescimento de quase 2.500%. A da revista Época cresceu 900% e jornal de O Globo subiu 230%.

Reposição salarial mínima

Já a reposição dos trabalhadores de empresas públicas não deu nem a inflação. Levantamento do Ministério do Planejamento revelou que 96% das 24 estatais onde as negociações já foram concluídas, o reajuste foi abaixo de 9,15%.



EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Vera Fogaça e André Bonifácio.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Editoração Eletrônica: Vera Fogaça.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiudf.org.br

 (61)3226-7036

 (61)3226-5752

 **sindicato**
@urbanitariosdf.org.br

Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadben Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hádriel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

IMPEACHMENT: “A solução mais fácil era botar Michel, num grande acordo nacional, com o Supremo e tudo”.

É vergonhoso o que está acontecendo no Brasil

O Brasil está retrocedendo?

Sim, está. É o que defende o diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboristas, Maximiliano Nagl Garcez. Advogado e Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR, Garcez alerta que é preciso uma “resposta unificada” da classe trabalhadora para pressionar Michel Temer e o Congresso Nacional contra a retirada de direitos. E não só trabalhista e previdenciário, mas de direitos humanos também.

À deriva. É como está o estado democrático de direito no Brasil. A não comprovação da autoria do crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff deixou a democracia no Brasil ainda mais vulnerável.

Depois de 13 anos de ascensão de uma nova classe média, a democracia brasileira dava sinais de que caminhava no sentido de superar, mesmo que a médio e longo prazo, profundas desigualdades.

Acesso à universidade, à formação profissional, a moradias populares e a vários bens de consumo viabilizaram a sustentação dessa política por 13 anos. Esse foi o período que a elite brasileira suportou a ascensão dos mais pobres. Com o *impeachment*, essas conquistas estão ameaçadas.

Há mais de 20 anos defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, Maximiliano Nagl Garcez alerta para o momento perigoso em que se encontra a democracia brasileira.

Advogado conceituado, com premiação na Comissão Fulbright como pesquisador visitante em Harvard Law School, Garcez também chama atenção para a imagem negativa no exterior com as prisões arbitrárias em manifestações, perseguições a movimentos populares, parcialidade e seletividade em inquéritos e investigações.

Para ele, é preciso reagir e “impedir retrocessos contra os direitos trabalhistas, garantias fundamentais e direitos humanos”.



Advogado e mestre em Direito, Maximiliano Nagl Garcez.

1 **Ao longo do processo de impeachment, Dilma foi condenada sem a materialidade nem autoria de crime de responsabilidade. Isso prejudica a segurança jurídica no País?**

Max – Muito. Os derrotados nas eleições de 2014 iniciaram a tentativa de voltar ao poder sem voto logo após o fechamento das urnas. O fato de um presidente eleito poder ser afastado sem crime de responsabilidade permite tornar o sistema democrático uma mera ilusão. Basta que um presidente queira governar sem comer na mão das oligarquias para ser deposto. Tanto o poder do voto quanto a segurança jurídica foram atacados severamente.

2 **O processo de impeachment, da forma que ocorreu, abre precedentes nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas para retirar prefeitos e governadores que perderem a maioria parlamentar?**

Max – Sim. No entanto, o golpe foi empresarial e midiático. O Congresso, eleito principalmente com base no poder econômico,

apenas foi correia de transmissão dos donos do poder. Por isso, governadores que praticaram pedaladas mais graves seguem incólumes, por se submeterem aos interesses das oligarquias. O problema não é tanto perder a maioria parlamentar, mas descontentar as elites.

3 **Essa decisão de afastar Dilma definitivamente sem a comprovação do crime de responsabilidade reforça o fisiologismo e as velhas práticas políticas do toma lá da cá, uma vez que o presidente ficará mais suscetível às pressões de deputados e senadores?**

Max – Sim. Temer declarou em Nova Iorque que Dilma foi afastada por não se submeter à proposta contida em a Ponte para o Futuro, do PMDB. Ele disse ter sugerido ao governo a adoção das teses e como isso não foi adiante, isso culminou com a efetivação dele como presidente da República. Ou seja, os eleitores escolhem um projeto político nas urnas e o eleito pode ser pressionado pelos poderosos a adotar projeto totalmente oposto, sob pena de sofrer um impeachment fajuto. Isso é revoltante.

4 **Quais fatores explicam, em sua opinião, esse processo de impeachment?**

Max – Vender as estatais a grupos privados, provavelmente estrangeiros, prejudicando também os urbanitários; a precarizar as relações de trabalho, aprovando o nefasto PLC 30 da terceirização e o negociado sobre o legislado; aumentar a jornada de trabalho e a destruição da saúde e educação pública. Outra motivação, essa mais evidente, está na conversa entre o senador Romero Jucá do PMDB e o ex-senador Sergio Machado do PSDB. Eles deixam claro que queriam livrar os corruptos da Justiça, o que Dilma vinha coibindo. Jucá disse, “tem que mudar o governo para estancar essa sangria”. Aí Machado responde, “a solução mais fácil era botar Michel, num grande acordo nacional”. Jucá acrescenta, “com o Supremo e tudo”. Machado finaliza, “tudo, aí parava tudo”. E Jucá sentencia “delimitava onde está e pronto”. Não foi à toa que um dia depois do impeachment foram autorizadas as pedaladas e logo depois veio a retirada da urgência do pacote anti-corrupção de Dilma. No dia 19 de setembro, na calada da noite, a Câmara quase conseguiu votar a jato projeto que anistia a caixa 2. É muito vergonhoso o que está acontecendo no Brasil.

5 **Tanto o Mercosul, como a OEA e Unasul têm cláusulas democráticas para a condenação formal do Brasil com a suspensão do País desses blocos. Isso aconteceu com Honduras e Paraguai. Quais devem ser os maiores prejuízos para o Brasil, as sanções econômicas ou o dano da imagem no exterior?**

Max – Os prejuízos serão gravíssimos em longo prazo. Tenho participado de congressos internacionais e vi no Canadá e México a indignação contra o golpe. Há poucos dias, na ONU, diversos diplomatas se retiraram quando Temer começou a falar. Passamos 13 anos reconstruindo

“É urgente uma resposta unificada da classe trabalhadora, tanto na luta pela volta da democracia, quanto na pressão contra Temer e o Congresso para impedir retrocessos contra os direitos.”

a imagem do Brasil e os golpistas conseguiram, em poucos meses, retrocessos enormes.

6 **Que lições podem ser tiradas desse processo de impeachment?**

Max – Aprendermos que as elites brasileiras nunca tiveram compromisso efetivo com a democracia e que era necessário tomar medidas preventivas para impedir retrocessos desta gravidade. O poder gigantesco que poucas famílias possuem, controlando a mídia e permitindo coberturas extremamente parciais, foi fundamental. Deveríamos ter trabalhado para democratizar a comunicação no País, aumentando assim a politização dos setores mais sofridos da sociedade.

7 **A democracia foi prejudicada?**

Max – Sim. Lutamos décadas pela volta da democracia e pelo respeito ao voto. Agora, o que temos visto, são cenas que aconteciam na ditadura militar, com ataques a sedes de sindicatos, invasões de assembleias pela polícia, perseguições a movimentos populares, parcialidade e seletividade em investigações. Precisamos voltar a lutar contra isso. É urgente uma resposta unificada da classe trabalhadora, tanto na luta pela volta da democracia, quanto na pressão contra Temer e o Congresso para impedir retrocessos contra os direitos trabalhistas, garantias fundamentais e direitos humanos.

CAMPANHA SALARIAL

DIEESE: Balanço mostra que 39% dos reajustes salariais ficaram abaixo da inflação.

Para avançar é preciso lutar

A Data-Base da categoria da CEB começou em meio a uma crise política, com sérios ataques aos direitos da classe trabalhadora. Na opinião do dirigente sindical do STIU-DF, para barrar retrocessos e obter sucesso na Campanha Salarial 2016 os eletricitários da CEB devem se comprometer e assumir seu lugar de luta em defesa dos direitos.



Reunião de entrega da pauta de reivindicações da categoria na CEB.

Os trabalhadores e trabalhadoras da CEB iniciaram a Campanha Salarial este mês. Num cenário de austeridade para a classe trabalhadora é preciso mobilização e comprometimento para a manutenção e ampliação dos direitos e benefícios da categoria.

A pauta de reivindicações, consolidada por meio de sugestões dos trabalhadores, traz 63 cláusulas, sendo dez novas. Das 53 cláusulas que compõem o ACT vigente, a categoria reivindica avanços em sete. Na 4ª – Auxílio

Creche; na 5ª – Bolsa Escola; na 11ª – Política de Recursos Humanos; na 16ª – Política de Desligamento; na 18ª – Quinquênio/Anuênio; na 23ª – Adicional de Insalubridade; e na 34ª – Liberação de Membros da Cipa.

Além disso, a categoria definiu que a inflação no período de 2014/15 será negociada com base no índice INPC, apurado no período de 01/11/14 a 31/10/15. Já a inflação do período de 2015/16

será substituída pelo pleito no valor de mil reais, a serem pagos linearmente a todos os trabalhadores, em referências no PCCS.

Dentre as cláusulas novas, os eletricitários reivindicam também a redução da jornada de trabalho para os profissionais que tenham filhos portadores de necessidades especiais, ampliação da licença-paternidade para 20 dias, gratificação por titularidade e outras.

O dirigente sindical, Alairton Faria, ressalta que a negociação deste ano será uma das mais difíceis. “Do ponto de vista político, estamos vivenciando o maior ataque aos direitos sociais e trabalhistas dos últimos tempos. No campo econômico, as campanhas salariais têm resultado em perda real e reajustes abaixo da inflação. Além disso, as empresas estão apostando na judicialização do processo negocial, como ocorreu recentemente com os metroviários e caesbianos”, destacou Faria.

“Temos que sair da letargia, assumir nosso lugar de luta em defesa dos nossos direitos. A entidade sindical é um instrumento essencial para conquistar novos avanços, mas sem o comprometimento e unidade da categoria é inviável obter sucesso numa campanha salarial. Só a luta e união garantirão a vitória”, enfatiza o dirigente sindical.

O Departamento Intersindical

“Temos que sair da letargia, assumir nosso lugar de luta em defesa dos nossos direitos. Só a luta e união garantirão a vitória”, enfatiza o dirigente sindical.

de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresentou balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2016, onde apenas 37% tiveram reajustes em valor igual à inflação e 39%, reajustes abaixo. De acordo com o documento, o resultado trata-se do pior desempenho das negociações por reajustes salariais do primeiro semestre desde 2003.

RETROCESSO: PLP 268 diminui representação dos participantes nos fundos de pensão.

Projeto traz riscos às entidades de previdência complementar

De acordo com o texto do projeto, as vagas antes preenchidas pelos representantes dos participantes serão concedidas a conselheiros “independentes” e a diretores contratados no mercado por “empresas especializadas”. Para o diretor de benefícios da Faceb, o PLP é resultado da atual configuração do Congresso Nacional, considerada um das mais conservadoras desde o fim da ditadura militar.



Diretor da Faceb, João Carlos.

e 78, de autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC) e Valdir Raupp (PMDB-RO), altera a Lei Complementar nº 108, eliminando a eleição de diretores das entidades que são patrocinadas por empresas e órgãos públicos e reduz a um terço a representação dos participantes nos conselhos deliberativo e fiscal. De acordo com o texto do projeto, as vagas antes preenchidas pelos representantes dos participantes serão concedidas a conselheiros “independentes” e a diretores contratados no mercado por “empresas especializadas”.

Sob o falso argumento de maior transparência na governança dos Fundos de Pensão, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 268/2016, que restringe a representação dos trabalhadores nas instituições de previdência complementar, tramita no Congresso Nacional.

A proposta, fruto dos Projetos de Lei do Senado (PLS) 388

“O objetivo é intervir na escolha dos gestores dos fundos de pensão, reduzindo a capacidade de interferência dos participantes e inibindo a atuação dos dirigentes eleitos.

“O Projeto é resultado da atual configuração do Congresso Nacional, considerada um das mais conservadoras desde o fim da ditadura militar. O objetivo do PLP, na esteira da pauta de retrocessos em curso, é intervir na escolha dos gestores dos fundos de pensão, reduzindo a capacidade de interferência dos participantes e inibindo a atuação dos dirigentes eleitos”, ressalta o diretor de Benefícios da Faceb, João Carlos Dias.

Para ele, o aspecto que causa maior preocupação é a retirada

de força e do empoderamento dos conselheiros na gestão das entidades ao permitir que o mercado financeiro, por meio da figura do “conselheiro independente”, seja ativo na instância máxima de decisão de uma entidade de previdência complementar, que é o Conselho Deliberativo.

“São mais de 700 bilhões de reais que compõem o patrimônio das entidades de previdência complementar no Brasil. Boa parte dos recursos está alocada em títulos federais, que geram rentabilidade suficiente para cobrir as necessidades dos planos dentro de um baixo nível de risco. No entanto, não é à toa que se pleiteia colocar o mercado à frente das nossas entidades, principalmente pela possibilidade de remanejamento de parte desses recursos para investimentos de risco” explica o diretor.

Eleito pela categoria eletricitária da CEB, João Carlos Dias afirma que os gestores dos Fundos de Pensão têm diversos desafios pela frente, uma vez que há forte campanha de setores da mídia comercial para fragilizar e desestabilizar as entidades fechadas de previdência complementar, visando favorecer a previdência privada de bancos.

Segundo Dias, a Faceb não está imune a estas dificuldades e desafios. “A carteira de títulos públicos que a entidade mantém em sua política de investimentos permite vislumbrar um cenário de superação do atual déficit do plano BD no médio e longo prazo. Porém o que garantirá a solvência dos planos e a tranquilidade dos assistidos, continuará sendo a participação ativa dos trabalhadores e aposentados da CEB através de seus representantes eleitos, na gestão da Fundação”, conclui o dirigente.

SETOR ELÉTRICO

PRIVATIZAÇÃO: MP apresentada pelo ex-interino Michel Temer não previa nenhuma garantia aos trabalhadores.

Medida Provisória permite privatizações, demissões e aumento de tarifas

A MP 735/16, aprovada na Comissão Mista, permite a privatização do setor elétrico e a demissão de 30% dos trabalhadores e trabalhadoras. A proposta, que altera 15 leis federais, também viabiliza o aumento na conta de luz, restringe a expansão do setor, dá ainda mais poderes ao mercado livre e compromete as geradoras de energia.



Relator e presidente da Comissão Mista, José Aleluia e Hélio José.

Sorrisos, tapinhas nas costas e selfies com lobistas de entidades empresariais. Assim foi o final da reunião em que deputados e senadores aprovaram no dia 05 passado, na Comissão Mista, o relatório da MP 735/16, que abre caminho para privatizar empresas de geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil.

Pelo texto do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que relatou a matéria, 30% dos trabalhadores e trabalhadoras do quadro das empresas públicas que forem privatizadas poderão ser demitidos no momento em que a empresa privada se apropriar da estatal.

O senador Hélio José (PMDB-DF), presidente da Comissão Mista, chegou a dizer que a “intenção era votar a matéria o mais rápido

possível”. Mas teve que aceitar o pedido de vista do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), e foi obrigado, por força do regimento, a adiar a votação por um dia. Mas para garantir a celeridade desejada pelo governo e entidades empresariais, outras reuniões deixaram de ser realizadas e audiências públicas foram suspensas. Inclusive a que os eletricitários iriam se manifestar.

Quando foi apresentada pelo ex-interino Michel Temer, a MP 735 não previa nenhuma garantia de manutenção dos empregos dos trabalhadores. A FNU e o STIU-DF fizeram corpo a corpo com deputados e senadores, que apresentaram emenda, prevendo a obrigação por parte do novo

controlador em manter todos os trabalhadores. Mas o relator atendeu o pedido em parte.

Inicialmente, Aleluia garantiu a permanência de apenas 50% dos trabalhadores. Mas com muita insistência dos deputados Zarattini e Pedro Uczai (PT-SC), que queriam 100%, também a pedido das entidades sindicais, o relator passou o percentual para 70%. No entanto, de acordo com o § 7º da página 13 do relatório, a estabilidade para os que permanecerem fica garantida só por dois anos. Após 24 meses, todos os trabalhadores poderão ser demitidos, se a empresa privada assim desejar.

“Não tem nem como comemorar a alteração no texto, pois ainda haverá privatizações

Conversamos com deputados e senadores com o pleito de que as empresas não fossem privatizadas e todos os empregos fossem mantidos, mas a maioria não se sensibilizou e aprovou o texto. Lamentável essa postura entreguista.

e demissões. Conversamos com deputados e senadores com o pleito de que as empresas não fossem privatizadas e todos os empregos fossem mantidos, mas a maioria dos parlamentares não se sensibilizou e aprovou o texto. Lamentável essa postura entreguista dos parlamentares da base do governo golpista”, disse o diretor do STIU-DF, Victor Frota.

Existe uma questão de fundo sobre as privatizações que não está facilmente perceptível. Mas segundo especialistas, ela tem sido crucial para o avanço e retorno de políticas neoliberais.

Na avaliação do técnico do Dieese, Samuel Nogueira, as privatizações não são apenas uma disputa nacional por ampliação

de negócios para pequenos grupos empresariais, que posteriormente vão financiar campanhas políticas. Mas se trata também de uma disputa hegemônica mundial pela energia.

“Em várias partes do mundo, no Oriente Médio e na América Latina, estamos presenciando conflitos armados e desestabilizações de governos eleitos democraticamente. O objetivo é conquistar a hegemonia energética mundial, exercendo domínios estratégicos e econômicos sobre outros países. Foi assim no Iraque, está sendo na Síria, na Venezuela e no Brasil”, aponta Nogueira.

No fim das contas, a implementação de projetos neoliberais de privatização e austeridade fiscal sempre recaem nas costas dos trabalhadores e da população. Seja com demissões, retirada de garantias sociais, como a PEC 241, e a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários.

Ao ser aprovado, o texto virou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/16 e foi enviado para a Câmara dos Deputados, onde também foi aprovado no dia 11 passado. Agora, segue para votação dos senadores no plenário. A MP 735 perde a validade no dia 20 de outubro.

Outros aspectos da MP 735/16

Tarifa mais cara

Se hoje a conta de luz está alta, se prepare. Ela vai aumentar mais. Novos reajustes na tarifa serão a única forma de atender a demanda de lucro do empresário que se apropriar da empresa pública. E quem vai pagar essa conta é você.

Além do mais, nos próximos anos, a MP vai reduzir progressivamente a conta de luz dos grandes consumidores de energia, retirando percentuais de encargos que hoje já são inferiores aos dos consumidores residências.

De acordo com o texto aprovado, o § 3º D na página

quatro do relatório prevê que em pouco mais de 13 anos, o custo do encargo na tarifa por MWh das cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) dos grandes consumidores, com tensão igual ou superior 69 quilovolts “será de 1/3 daquele pago pelos consumidores atendidos em nível de tensão inferior a 2,3 quilovolts”.

Expansão do setor em risco

Pela MP 735, até a gestão de recursos públicos para melhorar o setor elétrico será privatizada. A Reserva Global de Reversão (RGR), criada em 1957 pelo decreto 41.019, uti-

lizada para expandir o setor elétrico com obras em geração, transmissão e distribuição de energia será administrada, a partir de 2017, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), empresa de caráter privado. O fundo, que chegou a administrar recursos na ordem de R\$ 20 bilhões, também financia projetos de eficiência energética e políticas públicas como o *Luz para Todos*, que já levou energia elétrica a milhões de brasileiros em áreas isoladas. Não parece crível que uma empresa privada, que tem o lucro como perspectiva, se importe com a manutenção desses programas.

Mais especulação na tarifa

Com a MP 735, o mercado livre fica ainda mais empoderado. Terá super poderes para sub contratar energia das distribuidoras, criando dificuldades para as geradoras de modo a inviabilizar a saúde financeira das empresas de geração. Isso porque elas poderão captar grandes consumidores com oferta de energia amarrada a outros benefícios de governo estadual, como alíquotas de ICMS e outros impostos menores.



VISÃO DO STIU-DF

RETROCESSO: Objetivo do ex-governo interino é enfraquecer empresas e flexibilizar leis trabalhistas.

Os desafios dos eletricitários no Brasil pós-democracia

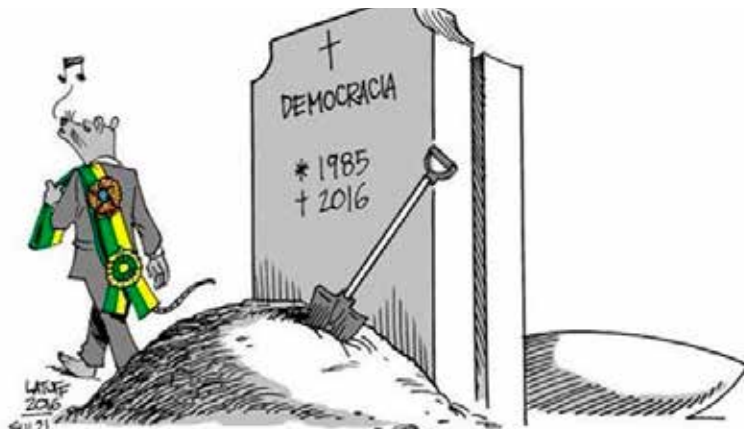
Já está claro que o golpe não foi contra a Dilma, mas contra o patrimônio público brasileiro, contra a classe trabalhadora e contra a população.

Na história da República, a regra é o arbítrio. Intercalado por breves períodos democráticos, o mais longo deles foi justamente este de 1985 a 2016. Claro que há muita divergência sobre o que é de fato democracia. Mas é consenso que a base democrática reside justamente no lema: *Todo poder emana do povo*.

Ora, por isso há eleições. Por isso elegemos legisladores que formulam as leis e os chefes dos Executivos para pô-las em prática. Ao Judiciário cabe aplicá-las.

A partir do momento que o poder Legislativo destitui o chefe do poder Executivo sem crime de responsabilidade, configura-se a quebra do princípio básico da democracia, que é a soberania do voto popular. Ou seja, aplica-se mais uma vez um golpe de Estado. A diferença é que agora os golpistas assumem.

A partir de 2016, cria-se uma



nova regra, não escrita na Constituição, de que se um presidente não satisfaça os desejos de 2/3 do Legislativo, esse pode caçar mandatos e jogar fora os votos dos eleitores. É o fim da democracia como a conhecemos.

Mas o que isso tem a ver com os eletricitários? Além de a democracia ser um valor em si, é também o meio pelo qual o povo e os trabalhadores podem influir nas políticas públicas que determinarão a vida do cidadão.

Não se pode ter ilusões, o golpe de 2016 não foi dado somente por algumas centenas de parlamentares corruptos em busca de cargos

no governo. Tão pouco para investigados se livrarem da Lava Jato. Esse golpe teve apoio decisivo da CNI, Fiesp, Febraban, CNA, além da mídia. No fim das contas, a vítima do golpe não foi a presidenta Dilma, mas os trabalhadores.

Desde a instauração da Nova República, consolidada com a Constituição de 88, havia um consenso. De um lado, o estado promoveria políticas públicas e garantiria direitos aos trabalhadores.

De outro, os empresários teriam um mercado consumidor de massa. Com a crise, que se acentuou a partir de 2011, as lideranças empresariais desistiram desse acor-

do. Vendo suas margens de lucro ameaçadas, recusaram-se a apostar no caminho da melhoria do poder de compra dos trabalhadores. O empresariado chegou à conclusão de que melhor seria ganhar mais dinheiro retirando direitos.

O golpe foi dado para isso, reduzir as despesas com políticas sociais, em especial saúde e educação, destinando ainda mais dinheiro para engordar os banqueiros, para privatizar “tudo que for possível”, entregar o patrimônio público nas mãos do capital privado e retirar direitos garantidos na CLT.

O governo ilegítimo fala abertamente em privatizar os Correios, vender a Petrobras aos pedaços e entregar o Pré-Sal - uma das mais promissoras reservas de petróleo do mundo - para as multinacionais. No setor elétrico, as privatizações das distribuidoras federais devem ser concluídas até 2017.

As regras propostas para a renegociação das dívidas dos estados também envolvem a obrigação de estados e municípios venderem seus ativos para abater a dívida. As SPes, cujas empresas do grupo

“Em uma conjuntura de crise diante da ameaça de demissão não sobrará outra alternativa aos trabalhadores a não ser abrir mão de seus direitos. Eis aí o verdadeiro golpe.”

Eletrobras tem participação, também estão na mira. Os ativos das geradoras, em muito pouco tempo, serão vendidos.

Mas o principal troféu para os golpistas são os direitos dos trabalhadores. Já está sendo anunciada pela imprensa a reforma trabalhista. O mote principal é a supremacia do negociado sobre a legislação. Ou seja, praticamente todos os direitos contidos na CLT serão passíveis de negociação. 13º, adicional de férias e já se fala até em jornada de 12 horas diárias.

Em uma conjuntura de crise diante da ameaça de demissão não sobrará outra alternativa aos trabalhadores a não ser abrir mão de seus direitos. Eis aí o verdadeiro golpe.

OPINIÃO

Expectativas da Reforma Previdenciária no governo Temer

Por Wanessa Aldrigues



Logo no início do Sistema “Temer” uma das preocupações que foram esboçadas pelo governo e que aflixe também os trabalhadores, futuros aposentados, é sobre a atual situação da Previdência Social.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que o governo anunciou e divulgou uma mudança rigorosa referente à reforma Previdenciária, como meio de evitar um colapso no sistema, segundo eles, pelo déficit que já vem existindo há muitos anos no INSS e que em 2015 teria chegado a um rombo de R\$ 86 bilhões.

Assim, diante dessa divulgação e possível alteração nas regras da Previdência, e com

a aplicação de possíveis normas mais rígidas, os segurados estão tentando antecipar suas aposentadorias de acordo também com a Lei 13.183/15, que leva em consideração os 85 pontos para mulher e 95 para o homem. Com essa regra atual e com a aposentadoria especial ainda garantida, os trabalhadores estão lutando para preservar seus direitos e evitar perdas maiores como já ocorreu antes, em outras reformas Previdenciárias em outros governos.

Os termos mais comentados e divulgados dessa proposta em discussão e que irão causar maior impacto à população são:

- A adoção de uma idade mínima, onde a idade até o momento cogitada seria de 65 anos para ambos os sexos, atingido todos que teriam apenas uma expectativa de direito - preservando, a princípio, o direito adquirido a

lei atualmente vigente;

- A desvinculação do mínimo, havendo apenas uma reposição da inflação; e

- A revisão dos benefícios sociais, a exemplo: o LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social que é um tipo de benefício assistencial concedido aos idosos e portadores de necessidades especiais de baixa renda.

Hoje, segundo a Legislação vigente, vale lembrar que as regras, de uma forma geral, indicam que:

- Os trabalhadores podem aposentar por idade (60 anos se mulher e 65 se homem, com 15 anos de contribuição) e por tempo de contribuição (a mulher com 30 anos e o homem com 35, independentemente da idade, mas com a incidência do fator previdenciário, com a exceção apenas de quem atinge os cálculos segundo a fórmula 85/95).

“As entidades sindicais e futuros aposentados devem permanentemente lutar pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e beneficiários da Previdência Social.”

Ora, apesar de não ser diretamente uma das questões abordadas na reforma Previdenciária, hoje estamos passando já pelo início desse novo sistema “Temer”, quando os atuais aposentados por invalidez e afastados por doença estão sendo chamados para refazer a perícia e muitas aposentadorias estão sendo canceladas, com a alegação de que esses trabalhadores poderiam voltar ao mercado de trabalho.

Dessa forma, o que se prevê com a Reforma que está prestes a ser oficialmente apresentada ao Congresso Nacional por Temer é que seja uma mudança radical, severa e que acabará por manter as pessoas ainda mais tempo trabalhando, fazendo com que pleiteiem novos direitos que surgirão e ainda podem ser manifestados como no caso da Desaposentação.

Por isso, ainda antes da definição sobre o assunto, mas com receio de que a perda possa ser muito grande, as entidades sindicais e futuros aposentados devem permanentemente lutar pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e beneficiários da Previdência Social, sem que haja grandes prejuízos às categorias.

“Wanessa Aldrigues é advogada especialista em Direito Previdenciário.”

CONURB

PLANO DE LUTAS: Frear o desmonte das estatais e preservar direitos sociais e trabalhistas.

Eletricitários reafirmam luta por direitos

Delegados e delegadas eleitos para o 9º Conurb aprovaram uma série de ações para fazer frente às ameaças de flexibilização das leis trabalhistas e de entrega das empresas públicas ao capital privado. A deputada Erika Kokay aponta como urgente uma reação imediata do movimento sindical na disputa de consciência dos trabalhadores.

O 9º Congresso dos Urbanitários no DF (Conurb) reuniu durante três dias eletricitários/as, especialistas e convidados para debater sobre a conjuntura política-econômica local, nacional e internacional, a situação do setor elétrico brasileiro, as privatizações, Previdência pública e complementar, além de outras pautas imediatas dos trabalhadores.

Os delegados eleitos aprovaram um novo plano de lutas a partir dos grandes desafios colocados pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Durante o evento, de forma geral, os participantes ressal-



taram que a atual crise política se baseia na reestruturação do modo de produção para manter a taxa de lucro dos empresários elevada. Para tanto, o capital aponta como única alternativa a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, além de criar mecanismos de impedimento e limitação à atuação dos movimentos sociais e entidades sindicais na defesa dos direitos da população brasileira.

Ao falar sobre a pauta de retrocessos que circula no Congresso Nacional, a deputada federal Erika Kokay destacou que para frear o avanço dos projetos

que prejudicam a classe trabalhadora é urgente uma reação imediata do movimento sindical para disputar a consciência dos trabalhadores, permitindo que a população se reconheça como sujeito nesse enfrentamento.

O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Iuri Bezerra, apontou o interesse do capital no setor petrolífero e energético como central nesse processo de tentativa de desmantelamento do Estado.

"Há inúmeras propostas que visam reduzir a participação do Estado a fim de 'gerar liberdade' para os investidores. O processo

de privatização em andamento no País tem como objetivo a entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro. No setor elétrico, isso significa o aumento nas tarifas de energia, o fim das regulações estatais e a flexibilização nos direitos dos trabalhadores. Assim, é preciso que as propostas dos trabalhadores e dos atingidos sejam construídas em conjunto com as populações da periferia, fazendo-os entender que a energia não pode ser mercadoria, que é um direito", disse Bezerra.

Plano de Lutas

No encerramento do Congresso foi aprovado um conjunto de ações com o objetivo de barrar o desmonte das empresas públicas e preservar os direitos sociais e trabalhistas. Dentre as diretrizes do plano de lutas, o STIU-DF vai buscar estreitar as relações de cooperação com outras categorias e movimentos sociais para fortalecer a luta contra a retirada de direitos, realizar ações para discussão de temas como a

“Não vamos permitir que a elite econômica ataque nossos direitos, vamos lutar para barrar as ofensivas contra a classe trabalhadora.”

terceirização, o modelo do setor elétrico e privatização.

Além disso, os dirigentes reafirmaram o compromisso em atuar no enfrentamento contra projetos que limitam a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão, bem como, defender as distribuidoras federalizadas na luta contra a privatização.

O dirigente do STIU-DF, Victor Frota, enfatizou que os participantes do Congresso saíram da atividade fortalecidos e mais dispostos a lutar pela manutenção das empresas públicas e contra a pauta regressiva. "Não vamos permitir que a elite econômica ataque nossos direitos, vamos lutar para barrar as ofensivas contra a classe trabalhadora", concluiu.

ASSÉDIO

CRIME: Para os casos de assédio sexual, a legislação prevê pena de detenção de 1 a 2 anos.

As mulheres são as principais vítimas dos assédios moral e sexual

Para dirigente sindical do STIU-DF, a violência moral e sexual sofridas pelas trabalhadoras no local de trabalho é reflexo de uma cultura machista, na qual os homens julgam estar em condição superior às mulheres.

O ato de expor o empregado a situações humilhantes, como repressões, xingamentos e gritos, exigir metas inatingíveis e agir com rigor excessivo são alguns exemplos que podem configurar o assédio moral. Já o assédio sexual é o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, por meio de comentários, carícias, intimidação, represálias, recusa de promoção ou ameaça de demissão.



No mundo do trabalho, as mulheres são as principais vítimas dos assédios moral e sexual. De acordo com dados da Central de Atendimento à Mulher, das 3.478 denúncias de violência sexual registradas em 2015, 6,24% aconteceram no local de trabalho.

Para superar esta situação em que vivem as mulheres no ambiente de trabalho é funda-

mental dar visibilidade a esta situação. No entanto, a dirigente sindical do STIU-DF, Fabiola Antezana, destaca que as políticas utilizadas pelas empresas são mínimas e passam muito pelos Comitês de Equidade de Gênero que não possuem autonomia ou acesso suficiente para poder punir os assediadores. "O que se vê nas empresas é um fechar de

olhos para essas situações. Não se punem os assediadores e se penalizam as assediadas. Além disso, infelizmente, esperamos um retrocesso nas empresas com a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos", disse.

Ela ressalta que as empresas ainda têm muito a evoluir nesse tópico. "Infelizmente a cultura do assédio moral parece não desaparecer, talvez porque não exista rotatividade nos cargos gerenciais, assim quem assedia tem uma eterna sensação de poder tudo. No caso do assédio sexual, este é um reflexo de nossa cultura machista, onde os homens julgam estar em condição superior às mulheres. E não se pode dizer que é uma cultura do operacional das empresas,

pois os altos cargos de gestão e direção também reproduzem o machismo", pontua a dirigente.

O Ministério do Trabalho e Emprego recomenda, para ambos os casos de violência, moral ou sexual, que o assediado reúna provas como bilhetes e testemunhas; dizer não claramente ao assediador, recorrer ao setor de recursos humanos da empresa, e denunciar o comportamento ao respectivo sindicato; registrar ocorrência na Delegacia da Mulher, se for o caso, ou Delegacia comum, e registrar o fato nas Superintendências Regionais do Trabalho.

Destaca-se que para os casos de assédio sexual, a Lei 10.224, incorporada ao Código Penal, prevê a pena de detenção de 1 a 2 anos.

CULTURA

O poder da voz feminina no rap de Brasília

O número de mulheres envolvidas com o movimento hip hop no Brasil cresceu muito nos últimos anos. De espectadoras passaram à protagonistas. Elas fizeram grupos de grafite, breaking e de rap e começaram a exigir seus direitos, trazendo a visão das mulheres para o movimento. Aqui em Brasília, Vera Verônica é a precursora dentro do estilo.

Em 1992, Vera Verônica e sua família integravam um grupo de axé chamado *Bologum Ominirá*. E em uma apresentação conheceu o rapper Dino Black, que lhe emprestou uma fita k-7. Nela estava gravada a música *Sub-raça*, do grupo Câmbio Negro, canção que mudaria a sua vida.

Vera viu, naquele estilo, a possibilidade de expor suas



Vera Verônica se tornou protagonista no rap em Brasília.

ideias e incentivar outras garotas a fazerem o mesmo.

Paralelo à carreira musical, continuou estudando, seguindo os conselhos da mãe que sempre dizia, “se você não estudar, nunca conseguirá mudar isso que fala nas suas letras”. Vera

se tornou pedagoga e professora universitária. Além disso, mantém sem nenhuma ajuda governamental um abrigo para crianças abandonadas, por onde passaram mais de 200 pessoas.

A rapper lançou em 2014 um CD comemorativo de 25 anos

Pedagoga e professora universitária, Vera viu no grafite, no breaking e no rap a possibilidade de expor as suas ideias e incentivar outras garotas a fazerem o mesmo.

de carreira, com participações de diversos artistas da cidade. O álbum pode ser baixado na internet, gratuitamente.

Vera também participa de um coletivo que apóia garotas envolvidas com o hip hop. Elas gravaram um clipe com 21 meninas do DF e farão um show para gravar o DVD. Com esse projeto a ideia é mostrar que elas estão



mais ativas do que nunca.

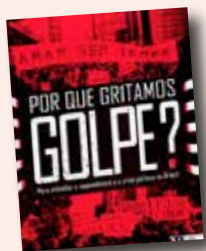
Vera milita em diversas frentes na luta pelos direitos das minorias. Faz palestras, shows em diversos lugares do Brasil e está extremamente preocupada com os direitos que estão sendo cogitados de serem retirados por esse governo ilegítimo.

Na entrevista concedida ao STIU-DF, ela falou sobre as ameaças que vêm com o golpe. Confira este agradável bate-papo em nossa página no YouTube, TV Urbanitários.



LER

POR QUE GRITAMOS GOLPE?



O livro faz um debate sobre a crise política no País e oferece ao leitor várias análises sobre o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Apresenta algumas das ameaças à democracia e aos direitos adquiridos com a Constituição Federal. São mais de 30 textos escritos por jornalistas, pesquisadores, representantes de grupos sociais e ativistas. A cartunista Laerte produziu as ilustrações que compõem o livro. As fotografias são do coletivo Mídia Ninja. Essencial para quem quer entender o que está por trás do golpe institucional de 2016.

O QUE VAI PELO BRASIL

■ CORRUPÇÃO

O senador Fernando Bezerra (PSB-PE) foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro. O Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou o ex-ministro e ainda Aldo Guedes Álvaro, então presidente da Companhia Pernambucana de Gás, e João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho. Os acusados teriam recebido R\$ 41,5 milhões em propinas para beneficiar três empreiteiras.

■ ELEIÇÕES 2016

A quantidade dos eleitores que deixaram de votar nas últimas eleições preocupou políticos e o TSE. 17% dos eleitores em 22 capitais se abstiveram do voto ou sequer compareceram às zonas eleitorais. Em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a quantidade de votos brancos e nulos ultrapassou os votos dos primeiros colocados. Em São Paulo, a soma dos votos seria suficiente para vencer o candidato eleito, João Dória, ainda no primeiro turno. Esse fato tem esquentado o debate sobre a reforma política.

■ DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS

O desembargador do Tribunal de Justiça de SP, Ivan Sartori, votou pela anulação da condenação de 74 policiais que participaram do massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 presos foram mortos. Ele tentou absolver os militares alegando que o Ministério Público não foi capaz de individualizar a conduta de cada um no caso. Outros dois desembargadores anularam a decisão, considerando que as condenações não podiam ser modificadas. Sartori foi o mesmo que, em 2013, condenou rigorosamente um homem por furtar um salame em um supermercado. O rapaz alegou que estava desempregado e com fome.

O QUE VAI PELO MUNDO

■ JAPÃO

O governo japonês está pagando indenizações de US\$ 20 mil dólares por ano aos familiares de mortos por excesso de trabalho. Dependendo do caso, a empresa responsável pela atividade laboral pode vir a ter que indenizar em até US\$ 1,6 milhão de dólares. Muitos profissionais têm morrido por esse motivo no país. Alguns trabalhadores chegam a cumprir cargo horária de 15 horas diárias, fora o tempo que perdem no trânsito. Para receber a indenização é necessário comprovar que o trabalhador cumpriu 100 horas extras no mês anterior a sua morte, ou 80 horas extras por dois meses consecutivos.

■ COLÔMBIA

A população da Colômbia votou contra o acordo de paz entre o governo do país e os guerrilheiros das FARC. O acordo põe fim a mais de 50 anos de conflitos e que causou a morte de 220 mil pessoas. Mesmo com a rejeição, tanto o governo quanto os guerrilheiros mantiveram a decisão de tentar colocar fim aos conflitos. O secretário geral da ONU, Ban Ki Moon, disse que o processo de paz chegou a um ponto em que não é mais possível retroceder.

■ POLÔNIA

O vice-primeiro-ministro da Polônia, Jaroslaw Gowin, voltou atrás no projeto de lei que proibia qualquer tipo de aborto no país. Após uma onda de protestos de mulheres contra a decisão e um abaixo assinado com mais de 500 mil assinaturas, o vice-primeiro-ministro admitiu, que em casos de estupro e quando a vida da mulher ou a sua saúde correrem perigo, o aborto será permitido. O país é um dos mais restritivos, em toda a Europa, na questão do aborto.